



Decisão 01456/2021-2 - 2ª Câmara

Processo: 06816/2015-9

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPAMV - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Vitória

Relator: João Luiz Cotta Lovatti

Interessado: ROBERTO RODRIGUES DE MIRANDA

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – DETERMINAR – ARQUIVAR.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão da aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI:

Tratam os autos da apreciação da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, concedida ao(a) servidor(a) em epígrafe, por meio da **Portaria nº 140/2015** (fl. 76 do processo físico - evento 3), com fundamento no art. 6º, incisos I, II, III e IV e artigo 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

Após diligências, submetido novamente ao Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal - NRP, este verificou, em Instrução Técnica Conclusiva nº 2815/2020-8, o cumprimento das condições para a presente concessão e a regularidade no cálculo dos proventos (fls. 104/107 do processo físico - evento 3).

O douto Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 1788/2021-1, evento 7, manifesta-se no mesmo sentido.

É o relatório.

O(A) segurado(a) ingressou no serviço público sob a égide do regime estatutário em 1º/9/1992 (fl. 72 do processo físico - evento 3) e aposenta-se no cargo de AGENTE DE SUPORTE OPERACIONAL, Grupo I, Classe II, Referência “E”, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Vitória.

Contava na data de sua aposentadoria com 63 anos de idade (fl. 5 do processo físico, evento 2), tempo de contribuição de 15.707 dias, ou seja, 43 anos e 12 dias (fl. 72 do processo físico - evento 3), tempo no serviço público superior a 20 anos, tempo na carreira superior a 10 anos e tempo no cargo superior a 5 anos, em conformidade com as condições requeridas.

O Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP aferiu o cálculo dos proventos e verificou sua regularidade (fl. 73 do processo físico - evento 3).

Pelo exposto, encampando as razões acima mencionadas, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público de Contas, PROPONHO VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Decisão que submeto à sua consideração.

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

Relator

1. DECISÃO TC- 1456/2021-2:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. REGISTRAR a Portaria nº 140/2015 (fl. 76 do evento 3), que concede aposentadoria a **ROBERTO RODRIGUES DE MIRANDA**, a partir de **1º/6/2015**, com proventos fixados em **R\$ 1.186,50** (fl. 73 do evento 3).

1.2. DETERMINAR à unidade gestora no sentido de que promova a juntada no processo do(a) interessado(a) de cópia da decisão relativa ao registro desse ato, por parte deste Egrégio Tribunal de Contas.

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 14/05/2021 - 22ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: João Luiz Cotta Lovatti (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente